

BRASIL SEM IMIGRANTES: ESTIMATIVAS DE LONGO PRAZO BASEADAS EM MICRODADOS

Leonardo Monasterio

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea e Universidade Católica de Brasília (UCB). *E-mail:* <leonardo.monasterio> at gmail.com.

Daniel Lopes

Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) Ipea. *E-mail:* <lopes.daniel> at t-online.de

Em 1872, o Brasil possuía cerca de 10 milhões de habitantes. Nas seis décadas que se seguiram, mais de 4 milhões de estrangeiros entraram no Brasil. Em 1920, 5,1% da população era de origem estrangeira ou naturalizada. Ao longo da década de 1930, especialmente durante o Estado Novo, o país foi se fechando à imigração. E, desde então, não houve mais grandes ondas migratórias para o país. Em 2010, apenas 0,3% da população nasceu no exterior, um dos menores percentuais do mundo.

Se, por um lado, é do senso comum que essa imigração teve efeitos relevantes, por outro, faltam estimativas do real impacto econômico desse choque positivo na oferta de mão de obra. Assim, o objetivo deste trabalho é estimar os efeitos de longo prazo da imigração não ibérica.

Para construir o contrafactual que intitula este estudo, parte-se de fontes históricas de registros individuais desses imigrantes, bem como bases contemporâneas de microdados de cidadãos brasileiros. Até onde se sabe, as fontes primárias com dados de imigrantes ainda não haviam sido examinadas de forma agregada. Analisa-se aqui os registros de imigrantes que reúnem mais de 1,7 milhão de observações, de mais de 67 nacionalidades que chegaram ao Brasil entre 1840 e 1958. Igualmente, fez-se uma análise inédita de registros administrativos contemporâneos – realizada por Brasil (2015; 2016), bem como pela Receita Federal do Brasil (RFB)¹ –, que somam mais de 165 milhões de observações. O conjunto histórico e o contemporâneo de bases individuais permitem visões e análises inéditas sobre o impacto da imigração no Brasil.

O cálculo do enumeramento dos imigrantes permite afirmar que Stolz, Baten e Botelho (2013) subestimaram essa habilidade dos estrangeiros e, portanto, seu impacto no Brasil. Um algoritmo de classificação de sobrenomes categorizou a população brasileira contemporânea em grupos ancestrais. Em seguida, constroem-se então duas estimativas contrafatuais do que seria a renda *per capita* se nunca tivesse havido imigração não ibérica. Um contrafactual decorre da regressão dessa renda pelos percentuais de cada grupo ancestral nos municípios. O outro resulta da regressão de salários individuais sobre a ancestralidade de sobrenome de cada trabalhador. Os coeficientes obtidos em ambas são usados para estimar a renda *per capita* em um Brasil sem descendentes de imigrantes. Nesse caso, estimou-se que a renda *per capita* brasileira seria entre 12,6% e 17% menor que a hoje observada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único**. Brasília: MDS, 2015.

_____. Ministério do Trabalho. **RAIS Identificada**. Brasília: MTB, 2016.

STOLZ, Y.; BATEN, J.; BOTELHO, T. Growth effects of nineteenth-century mass migrations: “Fome Zero” for Brazil? **European Review of Economic History**, v. 17, n. 1, p. 95-121, 2013.

1. Receita Federal do Brasil (RFB). Dados Abertos do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Disponível em: <<https://bit.ly/2Lpc6CF>>.